



Câmara Municipal de Agudos
Poder Legislativo

PREGÃO ELETRÔNICO

002/2026

CONTRATANTE

Câmara Municipal de Agudos/SP – UASG: Nº 929639

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de higienização e limpeza, com fornecimento integral de mão de obra, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, observando regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Agudos/SP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 237.160,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **19/05/2026** às **10h00** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES....	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
8. DOS RECURSOS.....	19
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
10. DO TERMO DE CONTRATO	23
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

EDITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS/SP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

(Processo Licitatório nº 034/2026)
Processo Administrativo 1Doc nº 154/2026

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediada na Avenida Joaquim Ferreira Souto nº 242, Centro, Agudos-SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de higienização e limpeza, com fornecimento integral de mão de obra, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, observando regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Agudos/SP, conforme especificações constantes no anexo I – Termo de Referência.

1.2. A licitação será global, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar de a licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor mensal e total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

4.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.2.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

4.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.12. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor GLOBAL.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão,



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.17.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

5.17.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. Empresas brasileiras;

5.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.7.1. A estimativa de preços foi realizada em conformidade com o art. 23, § 1º da Lei nº 14.133/2021, com base na Convenção Coletiva de Trabalho vigente das Empresas de Asseio e Conservação de Bauru e Região (Registro MTE SP003391/2025);

6.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

6.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

6.9.1. Contiver vícios insanáveis;

6.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.9.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.10.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.10.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

6.15.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

6.15.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

6.15.3. Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

6.15.4. Declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.16. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

6.17. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

6.18. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.19. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

6.20. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Anexo II – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sica, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

7.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação, por e-mail: compras@camaraagudos.sp.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, se for o caso;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a um sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail compras@camaraagudos.sp.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.camaraagudos.sp.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2. ANEXO II – Documentação exigida para habilitação

12.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta

12.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

12.11.5. ANEXO V – Declaração Unificada

12.11.6. ANEXO VI – Declaração De Comprometimento Compatível Do Patrimônio Líquido

12.11.7. ANEXO VII – Planilha de Composição de Custos
Agudos, 27 de abril de 2026.

JOSTER APARECIDO DE MELO
Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE SOLICITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS

1. OBJETO

1.1. Objeto da contratação

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de higienização e limpeza, com fornecimento integral de mão de obra, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, observando regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Agudos/SP.

1.2. Especificação detalhada

Quantitativo de colaboradores:

02 (dois) Agentes de Higienização

Regime de Execução: Serviço contínuo, contratado por preço global, englobando a mão de obra necessários.

1.3. Local da prestação dos serviços

Câmara Municipal de Agudos, Estado de São Paulo, sediada na Avenida Joaquim Ferreira Souto, nº 242 – Centro – Agudos – São Paulo.

1.4. Jornada de trabalho

Agentes de higienização: Jornada de 40 (quarenta) horas semanais, a serem cumpridas de segunda a sexta-feira, respeitado o intervalo intrajornada para refeição e descanso.

1.5. Forma de fornecimento

Serviço continuado, com dedicação exclusiva da mão de obra, em conformidade com normas técnicas e de segurança vigentes.

1.6. Prazo de vigência e prorrogação

O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente por iguais ou inferiores períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que vantajoso para a Administração, conforme autorizam os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.7. Enquadramento legal (Classificação)

Para fins de licitação, os serviços enquadram-se como serviços comuns (Art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, justificando-se a adoção da modalidade Pregão Eletrônico.

2. JUSTIFICATIVA



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

2.1. Da necessidade e ausência de pessoal interno

Conforme diagnóstico administrativo realizado, ficou constatado que, embora a Câmara Municipal possua, em seu quadro efetivo, servidores com atribuições específicas para a execução dos serviços de higienização e limpeza predial, o quantitativo atual é insuficiente para suprir integralmente a demanda da Casa, tornando-se imprescindível a contratação complementar. Tais atividades configuram serviços de apoio e operacional (atividades instrumentais), cuja execução indireta por meio de contratação de terceiros é autorizada nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021, inviabilizando, portanto, o aproveitamento de recursos humanos internos.

2.2. Da higienização e limpeza predial

A contratação justifica-se pela necessidade imprescindível de assegurar a conservação adequada e permanente das instalações físicas do prédio da Câmara Municipal. A ausência da execução continuada destes serviços implicaria em condições inadequadas de higiene e saúde, comprometendo o bem-estar dos servidores e dos cidadãos que frequentam a Casa, além de afronta ao princípio da dignidade e dos padrões sanitários exigidos pela legislação vigente.

2.3. Da insalubridade em grau máximo

Os Agentes de Higienização contratados executarão atividades que caracterizam exposição à insalubridade em grau máximo (40%), nos termos da Súmula 448, item II, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tendo em vista que realizarão a limpeza de banheiros de uso público ou coletivo de grande circulação (frequentados por 25 ou mais pessoas), juntamente com a coleta de lixo desses locais.

Fundamentação legal: A limpeza de banheiros de uso público ou coletivo de grande circulação, junto com a coleta de lixo desses locais, gera direito ao adicional de insalubridade em grau máximo (40%), segundo a Súmula 448, II, do TST. A jurisprudência considera grande circulação o uso por 25 ou mais pessoas, não se equiparando a limpezas residenciais ou de escritórios.

2.4. Do desvio de função e adicional correspondente

Os colaboradores também exercerão atividades na copa da Câmara Municipal, configurando desvio de função em relação às atribuições principais de higienização. Diante desta situação, será devido o pagamento de adicional de 20% (vinte por cento) sobre o salário base, a título de compensação pelo acúmulo e diversidade de funções exercidas, em conformidade com os princípios da isonomia e da justa remuneração pelo trabalho prestado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CICLO DE VIDA)

3.1. Concepção da solução

A solução consiste na contratação de serviços de higienização e limpeza, com fornecimento de mão de obra qualificada. A Contratada atuará como braço operacional da Câmara Municipal, fornecendo não apenas os profissionais qualificados, mas toda a gestão administrativa, uniformes, EPIs e a supervisão técnica necessária para garantir a higiene, a salubridade e a funcionalidade do edifício legislativo.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

3.2. Ciclo de vida do objeto

O ciclo de vida da contratação compreende quatro fases distintas e interdependentes, descritas a seguir, que devem ser rigorosamente observadas pela Contratada:

Fase 1: Mobilização e instalação (início do contrato)

Seleção e contratação: Recrutamento de profissionais qualificados (Agentes de Higienização), com verificação de antecedentes e aptidão técnica.

Aparelhamento: Aquisição e disponibilização imediata, no local de serviço, de todos os uniformes, crachás, EPIs, equipamentos e utensílios completos, conforme exigências de segurança do trabalho e sanitárias.

Alinhamento inicial: Apresentação do Preposto responsável e definição, junto à Fiscalização da Câmara, das rotinas de higienização e do cronograma de execução dos serviços.

Fase 2: Execução e monitoramento (rotina operacional)

Operação de higienização: Execução diária de limpeza e higienização de todas as dependências da Câmara Municipal (banheiros, salas, gabinetes, áreas comuns, copa, pisos, vidros, mobiliário), conforme frequências estabelecidas neste Termo de Referência.

Operação de copa: Preparo e servimento de café, chá e outras bebidas; organização e lavagem de utensílios; manutenção da copa limpa e organizada; apoio em eventos quando solicitado.

Gestão de pessoal: A Contratada deverá gerenciar escalas, cobrir faltas, férias e licenças em tempo hábil (reposição imediata), garantindo que os postos de serviço nunca fiquem descobertos.

Fase 3: Gestão administrativa e sustentabilidade

Sustentabilidade: A execução deverá priorizar a racionalização do uso de água e produtos de limpeza, bem como a destinação ambientalmente correta de resíduos (embalagens vazias, materiais descartáveis), vedado o descarte inadequado.

Pagamentos e encargos: Mensalmente, a execução financeira do contrato estará condicionada à comprovação do pagamento de salários, benefícios (incluindo adicional de insalubridade e adicional por desvio de função) e recolhimento de encargos sociais e trabalhistas dos funcionários alocados.

Fase 4: Desmobilização e encerramento (fim do contrato)

Transição contratual: Repasse de informações operacionais para a Administração ou nova empresa contratada, visando a não interrupção do serviço público.

Quitação trabalhista: O encerramento definitivo do ciclo de vida contratual somente ocorrerá após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as verbas rescisórias devidas aos trabalhadores alocados no contrato, incluindo adicional de insalubridade e adicional por desvio de função, garantindo a inexistência de passivo trabalhista residual para a Câmara Municipal (responsabilidade subsidiária).



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Liberação de garantia: A garantia contratual somente será liberada após 90 (noventa) dias do término da vigência contratual, mediante comprovação da quitação integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, conforme previsto no art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Delimitação do escopo

Para fins de clareza na execução, a solução limita-se a serviços de higienização e limpeza das dependências internas e externas da Câmara Municipal, incluindo atividades de copa. Não integram o ciclo de vida deste objeto a realização de obras, reformas, pinturas, manutenções prediais (elétrica, hidráulica, civil) ou dedetização/desratização, devendo tais demandas, caso surjam, serem objeto de contratação específica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da mão de obra e qualificação profissional

A Contratada deverá disponibilizar profissionais devidamente registrados (CLT), uniformizados e equipados.

Agente de Higienização: Deverá possuir experiência comprovada em serviços de limpeza e higienização; conhecimento sobre uso correto de produtos de limpeza; capacidade física para realizar atividades que exigem esforço físico (agachar, levantar peso, permanecer em pé); boa apresentação pessoal e conduta ética.

4.2. Dos equipamentos e EPIs:

Em conformidade com o regime de execução global, a Contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, sendo integralmente responsável pelo seu fornecimento, uso, manutenção e conservação, tais como:

a) EPIs (Equipamentos de Proteção Individual): luvas de borracha, botas de borracha ou calçado fechado adequado, uniformes completos (calça, camisa/jaleco), avental impermeável, máscara de proteção respiratória, óculos de proteção quando necessário, conforme normas da NR-06;

b) Uniformes: calça e camisa/jaleco (conforme a função), crachá de identificação com foto e calçado adequado. A reposição deve ser imediata em caso de desgaste.

4.3. Das obrigações relativas à segurança do trabalho (EPI e EPC)

A Contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer equipamentos de proteção coletiva (EPC) durante a realização de determinadas tarefas (ex: cones de sinalização, fitas zebradas, placas de 'piso molhado', barreiras de isolamento), de forma a atender à legislação de segurança do trabalho em vigência, garantindo a integridade não apenas de seus funcionários, mas também dos servidores e cidadãos que circulam na Câmara.

A Contratada responsabiliza-se integralmente pelo fornecimento, fiscalização do uso e reposição dos equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), de



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

forma a atender integralmente a legislação aplicável aos trabalhos previstos no Contrato (especialmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho), bem como promover as alterações necessárias decorrentes de eventuais mudanças na legislação durante a vigência contratual.

4.4. Rotinas e frequência dos serviços

Os serviços de higienização e limpeza deverão ser executados conforme as seguintes frequências mínimas:

4.4.1. Serviços diários

- a) Limpeza e higienização de todos os banheiros (pisos, paredes azulejadas até o teto, vasos sanitários, pias, torneiras, espelhos, acessórios), utilizando produtos desinfetantes e sanitizantes adequados;
- b) Reposição de papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido nos banheiros (fornecidos pela Contratante);
- c) Limpeza e organização da copa (pia, bancadas, piso, geladeira, micro-ondas, utensílios);
- d) Preparo e servimento de café, chá e outras bebidas na copa;
- e) Lavagem de louças, copos, talheres e demais utensílios da copa;
- f) Varredura úmida e/ou aspiração de pisos de todas as salas, gabinetes e áreas comuns;
- g) Remoção de pó de mesas, balcões, arquivos, estantes e demais mobiliários;
- h) Coleta e remoção de lixo de todas as dependências, com reposição de sacos plásticos;
- i) Limpeza de corrimãos, maçanetas e interruptores;
- j) Limpeza de telefones e equipamentos de escritório (parte externa);
- k) Manutenção da copa sempre limpa, organizada e abastecida.

4.4.2. Serviços semanais

- a) Limpeza de vidros internos e externos (janelas, portas, divisórias), sem exposição à situação de risco;
- b) Limpeza de persianas e cortinas (aspiração e remoção de pó);
- c) Enceramento e polimento de pisos (onde aplicável);
- d) Limpeza de áreas externas (calçadas, estacionamento, acesso principal);
- e) Limpeza completa de mobiliários (cadeiras, poltronas, sofás);
- f) Limpeza de quadros, porta-retratos e objetos decorativos.

4.4.3. Serviços quinzenais

- a) Limpeza de portas (ambos os lados), batentes e marcos;
- b) Limpeza de armários (parte externa);
- c) Limpeza de rodapés e cantos de difícil acesso.

4.4.4. Serviços mensais

- a) Limpeza completa de forros, paredes e tetos (remoção de teias de aranha e poeira acumulada);
- b) Limpeza de luminárias e lâmpadas (remoção de pó e insetos);
- c) Limpeza interna de armários e gavetas (quando solicitado);
- d) Lavagem completa de pisos com produtos específicos.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

4.5. Atividades na copa da Câmara Municipal

Além das atividades de higienização e limpeza, os Agentes de Higienização exercerão, em caráter de desvio de função, as seguintes atividades na copa:

- a) Preparo e servimento de café, chá e outras bebidas;
- b) Organização e reposição de utensílios e mantimentos;
- c) Lavagem de louças, copos, talheres e demais utensílios;
- d) Manutenção da copa sempre limpa e organizada;
- e) Apoio em eventos e reuniões quando solicitado pela Administração;
- f) Controle de estoque de itens da copa (café, açúcar, adoçante, copos descartáveis), comunicando à Administração quando necessário reabastecer.

Adicional por desvio de função: Em razão do acúmulo de funções (higienização + copa), será devido o pagamento de adicional de 20% (vinte por cento) sobre o salário base dos Agentes de Higienização, conforme estabelecido no item 2.4 deste Termo de Referência.

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. Do Preposto da Contratada

A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração da Câmara Municipal de Agudos/SP durante toda a vigência do Contrato, para representá-la administrativamente quando necessário. O preposto será indicado formalmente por declaração contendo: nome completo, CPF, documento de identidade e qualificação profissional.

O preposto, uma vez indicado e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora da Câmara Municipal de Agudos/SP imediatamente após a assinatura do contrato para tratar da implantação dos postos, do acompanhamento e execução do contrato, em sua competência.

Compete ao preposto: esclarecer dúvidas referentes às faturas e serviços prestados; aceitar as orientações da Administração sobre normas internas, segurança e medicina do trabalho; manter contato permanente com o Fiscal do Contrato para atendimento de demandas relativas à administração de pessoal e manutenção dos equipamentos; realizar, no mínimo, uma visita semanal às dependências da Câmara Municipal, podendo a Contratante ajustar essa frequência conforme demanda e necessidade.

5.2. Da Fiscalização pela Contratante

A fiscalização dos serviços será exercida por servidor(es) designado(s) pela Contratante, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021. O Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Agudos/SP designará formalmente servidor efetivo para atuar como Fiscal do Contrato.

Compete ao Fiscal do Contrato: fiscalizar diariamente os postos e setores em serviço para comprovar o cumprimento contratual; examinar as CTPS dos funcionários para verificar registro da função; registrar ocorrências em livro próprio, juntamente com o preposto; exigir o imediato afastamento de funcionário que deixe de merecer confiança, embarace a fiscalização ou conduza-



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

se de modo inadequado; atestar mensalmente a execução dos serviços; emitir relatórios sobre execução do contrato, propondo aplicação de sanções quando necessário.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades nos serviços, não implicando corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Dos Instrumentos de Controle

Relatório Mensal: A Contratada apresentará mensalmente, no primeiro dia útil após o final de cada mês e antes da emissão da fatura, relatório contendo: relação nominal dos profissionais alocados, função e jornada cumprida; registro de faltas, substituições e ocorrências; relação de atividades de higienização executadas; ocorrências e pendências.

Livro de Ocorrências: Será mantido no local de prestação dos serviços, para registro de vistorias, conformidades, não conformidades, determinações e prazos, com assinatura do Fiscal e do preposto.

Check-lists: A Contratada manterá atualizados os check-lists diários de limpeza e higienização, contendo data, ambiente limpo, itens verificados, status e assinatura do responsável, disponível à Fiscalização.

Controle de Presença: A Contratada manterá controle rigoroso de assiduidade e pontualidade mediante folha de ponto, disponível à Fiscalização a qualquer momento.

5.4. Das Obrigações da Contratante

Compete à Contratante:

Fiscalizar a execução: Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, por meio do Gestor e Fiscais designados;

Facilidades: Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso dos funcionários da Contratada às dependências da Câmara;

Comunicação de mudanças: Comunicar à Contratada, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração, horário de funcionamento ou endereço de cobrança;

Monitoramento: Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos mesmos;

Pagamentos: Efetuar os pagamentos na forma estabelecida no respectivo Contrato, devendo verificar a regularidade do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas (incluindo adicional de insalubridade e adicional por desvio de função) e fiscais antes de efetuar cada pagamento;

Relacionamento: Relacionar-se com a Contratada exclusivamente através de pessoa por ela



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

credenciada (preposto), evitando ordens diretas aos funcionários operacionais (salvo em casos de risco iminente ou segurança);

Notificação de falhas: Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;

Verificação trabalhista: Examinar, por meio da fiscalização, as Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e registros funcionais dos colaboradores colocados a serviço, para comprovar o registro da função profissional compatível com o objeto licitado e o pagamento correto do adicional de insalubridade e adicional por desvio de função;

Registro de ocorrências: Documentar e firmar em registro próprio (Livro de Ocorrências ou sistema eletrônico), juntamente com o preposto da Contratada, as ocorrências havidas, determinando o que for necessário à regularização das falhas;

Aplicação de sanções: Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto, as sanções administrativas previstas e fundamentadas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

Vedação ao direcionamento: Evitar direcionar a contratação de pessoas específicas para trabalhar na Empresa Contratada (nepotismo ou favorecimento);

Vedação ao desvio de função: Evitar promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada além do expressamente previsto neste Termo de Referência (atividades de copa), impedindo a utilização destes em atividades totalmente distintas;

5.5. Das obrigações da Contratada

A Contratada, além do fornecimento da mão de obra, uniforme e EPIs para a perfeita execução dos serviços objetos do presente Termo de Referência, obriga-se a:

Responsabilidade civil e administrativa: Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

Seleção e registro profissional: Selecionar e preparar rigorosamente os funcionários que irão prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho (CTPS), com anotação expressa do adicional de insalubridade em grau máximo (40%) e do adicional por desvio de função (20%);

Disciplina e afastamento: Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer funcionário considerado com conduta inconveniente pela Administração;

Padronização visual: Manter seus funcionários devidamente uniformizados, devendo os modelos



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

serem submetidos à aprovação prévia da Contratante;

Segurança individual (EPIs): Fornecer aos funcionários os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), de acordo com o serviço a eles designados, adequados à categoria profissional e riscos (NR-06), substituindo-os sempre que necessário ou danificados;

Gestão e tomada de decisão: Manter sediado junto à Câmara Municipal de Agudos/SP, durante os turnos de trabalho, preposto ou profissional capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

Planejamento operacional: Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante;

Acatamento de normas: Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus funcionários, das normas disciplinares e de conduta determinadas pela Administração;

Assistência em acidentes: Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários em caso de acidentes ou mal súbito no local de trabalho;

Segurança e medicina do trabalho: Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração e Medicina do Trabalho, especialmente quanto ao manuseio de produtos químicos de limpeza;

Controle de assiduidade: Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, disponibilizando tais dados à Fiscalização;

Seguros e encargos: Fazer seguro de seus funcionários contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas (incluindo adicional de insalubridade e adicional por desvio de função), previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

Padrões técnicos: Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com a qualidade e tecnologia adequadas, observando as recomendações da boa técnica, normas e legislação (ABNT/INMETRO) aplicáveis a serviços de limpeza e higienização;

Gestão sustentável: Adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição.

Racionalização de recursos: Racionalizar e economizar no consumo de energia elétrica, água e produtos de limpeza durante a execução das tarefas;

Capacitação periódica: Realizar treinamento/capacitação periódicos dos funcionários sobre boas práticas de limpeza e higienização, uso correto de produtos químicos, segurança no trabalho e redução de desperdícios, pelo menos uma vez por ano, comprovando à Fiscalização;



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Gerenciamento de resíduos: Realizar a destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza (embalagens de produtos, materiais descartáveis), em conformidade com a legislação ambiental;

Zelo pelo patrimônio: Observar conduta adequada na utilização dos equipamentos, mobiliários e instalações da Câmara, objetivando a correta execução dos serviços sem causar danos ao patrimônio público;

Horário de execução: Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Câmara Municipal de Agudos/SP, especialmente durante sessões plenárias e reuniões importantes;

Reposição imediata: Substituir toda e qualquer ausência, inclusive de funcionários em gozo de férias ou licenças, por outro profissional qualificado, no prazo máximo de 02 (duas) horas após o início da respectiva jornada ou comunicação pela Fiscalização, de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional. No caso de ausência sem reposição, será descontado da fatura mensal o valor correspondente, sem prejuízo das sanções cabíveis;

Piso salarial: Responsabilizar-se para que os salários dos profissionais não sejam inferiores ao piso salarial da categoria, firmado em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;

Pagamento de adicionais: Garantir o pagamento mensal e integral do adicional de insalubridade em grau máximo (40% sobre o salário mínimo nacional) e do adicional por desvio de função (20% sobre o salário base) a todos os Agentes de Higienização, com demonstrativo em recibo de pagamento e na folha de pagamento;

Inexistência de vínculo empregatício: Responsabilizar-se de que não existirá com a Câmara Municipal de Agudos qualquer solidariedade quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, cabendo à Contratada assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia (Art. 121 da Lei 14.133/21);

Reparação de danos: Responder por danos materiais ou físicos causados por seus funcionários diretamente à Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devendo adotar providências para reparação dentro de 48 (quarenta e oito) horas;

Manutenção de uniformes: Fornecer uniforme completo para os funcionários em exercício e mantê-los em boas condições de uso e higiene;

Fiel cumprimento: Observar, na prestação dos serviços, rigorosamente as disposições deste Termo de Referência e do Edital;

Responsabilidade judicial: Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de seus funcionários, inclusive em ações judiciais movidas por terceiros;



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Vedação à publicidade: Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta Licitação sem prévia autorização da Câmara;

Manutenção da habilitação: Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, informando imediatamente qualquer alteração jurídica ou fiscal da empresa;

Proteção de dados pessoais (LGPD): Observar rigorosamente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) no tratamento de dados pessoais dos funcionários e de terceiros, garantindo que tais dados sejam utilizados exclusivamente para a execução do contrato, vedado o compartilhamento com terceiros ou uso para fins comerciais, sob pena de responsabilização civil e administrativa;

Treinamento inicial: Promover treinamento inicial obrigatório para todos os funcionários antes do início das atividades, abordando: normas de segurança do trabalho; uso correto de EPIs; manuseio adequado de produtos químicos; técnicas de limpeza e higienização; regras de conduta e atendimento ao público; normas internas da Câmara Municipal.

5.6. Do recebimento dos serviços

Provisório: Mensalmente, pelo Fiscal do Contrato, mediante verificação da conformidade dos serviços, em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento do relatório mensal. Condicionado à apresentação de: relatório completo; comprovantes de pagamento de salários, adicional de insalubridade e adicional por desvio de função; comprovantes de benefícios; comprovantes de FGTS e INSS; certidões de regularidade atualizadas; nota fiscal.

Definitivo: Pelo Gestor do Contrato ou autoridade superior, após análise do Fiscal e confirmação da regularidade. O recebimento definitivo não exclui responsabilidade civil da Contratada por vícios ou defeitos.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Da medição dos serviços

Os serviços serão medidos mensalmente, considerando-se a ocupação efetiva dos postos de trabalho:

02 (dois) Agentes de Higienização

A unidade de medida é posto/mês, englobando mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, adicional de insalubridade (40%), adicional por desvio de função (20%), uniformes, EPIs à execução dos serviços.

6.2. Da composição do valor mensal

O valor mensal de cada posto deverá considerar obrigatoriamente:

- Salário base da categoria (conforme Convenção Coletiva de Trabalho);
- Adicional de insalubridade em grau máximo: 40% sobre o salário mínimo nacional;
- Adicional por desvio de função (copa): 20% sobre o salário base;



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

- Encargos sociais e trabalhistas (INSS, FGTS, férias, 13º salário, etc.);
- Benefícios (vale-transporte, vale-alimentação/refeição, conforme CCT);
- Uniformes completos e EPIs;
- Despesas administrativas, seguros e tributos;
- BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) e lucro.

6.3. Da faturação

A Contratada apresentará mensalmente à Câmara Municipal de Agudos/SP a fatura correspondente aos serviços prestados no mês imediatamente anterior.

Documentação obrigatória para faturamento:

- Nota fiscal/fatura discriminando os serviços executados;
- Relatório Mensal de Execução (conforme item 5.3);
- Comprovantes de pagamento de salários dos funcionários alocados, incluindo adicional de insalubridade e adicional por desvio de função (folha de pagamento e recibos);
- Guias de recolhimento do FGTS e INSS do mês de competência;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND Federal);
- Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidões municipais e estaduais de regularidade fiscal.

6.4. Dos descontos por ausência de funcionários

Regra geral: A Contratada deverá garantir a continuidade ininterrupta dos serviços, substituindo imediatamente qualquer ausência (faltas, férias, licenças) no prazo máximo de 02 (duas) horas após o início da respectiva jornada ou comunicação pela Fiscalização.

Configuração da ausência: A ausência será configurada após 02 (duas) horas da comunicação do Departamento Administrativo da Câmara Municipal ao preposto da Contratada, caso esta não providencie a reposição.

Cálculo do desconto: Havendo ausência sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Desconto} = (\text{valor mensal do posto} \div \text{dias úteis do mês}) \times \text{Número de dias de ausência}$$

Exemplo: Se o valor mensal de um posto é R\$ 5.000,00 e o mês possui 22 dias úteis, cada dia de ausência corresponde a R\$ 227,27.

Faltas parciais (horas): Para ausências inferiores a um dia útil completo:

$$\text{Desconto} = (\text{Valor diário do posto} \div \text{Jornada diária em horas}) \times \text{Horas de ausência}$$

6.5. Do prazo de pagamento

O prazo de pagamento será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de apresentação



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

da fatura acompanhada de toda documentação exigida no item 6.3, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

Suspensão do prazo: O prazo de pagamento será suspenso caso a documentação esteja incompleta, incorreta ou irregular, reiniciando-se a contagem após a regularização pela Contratada.

6.6. Das retenções e descontos obrigatórios

Sobre o valor bruto da fatura serão efetuadas as seguintes retenções, conforme legislação vigente:

- a) INSS (Previdência Social): Retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor dos serviços, conforme art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, salvo se a Contratada apresentar, a cada competência, Certidão Negativa de Débitos ou documento que comprove estar desobrigada da retenção.
- b) ISS (Imposto Sobre Serviços): Retenção conforme legislação municipal de Agudos/SP, incidente sobre os serviços prestados, observada a alíquota e condições estabelecidas na Lei Complementar Municipal aplicável.
- c) Imposto de Renda: Retenção conforme legislação federal vigente, quando aplicável.
- d) Outras retenções: Eventuais retenções exigidas pela legislação superveniente.

Comprovação de retenções: A Contratante fornecerá à Contratada comprovante das retenções efetuadas para fins de compensação tributária.

7. DA GARANTIA DE PROPOSTA

7.1. Como requisito de pré-qualificação, visando assegurar a seriedade da participação e resguardar a Administração contra comportamentos oportunistas, será exigida a prestação de Garantia de Proposta, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor total estimado da contratação.

7.2. Considerando as características operacionais do sistema eletrônico utilizado, o comprovante de prestação da garantia deverá ser digitalizado e inserido no mesmo arquivo ou envelope virtual dos Documentos de Habilitação.

7.2.1. É condição indispensável e eliminatória que a data e o horário da efetivação do depósito, da emissão da apólice de seguro ou da carta de fiança sejam comprovadamente anteriores ao horário fixado para a abertura da sessão pública do certame.

7.2.2. Será inabilitada e sujeita às sanções legais a licitante que apresentar garantia emitida, recolhida ou datada em horário posterior ao início da disputa, configurando-se tal ato como tentativa de burla ao caráter prévio do requisito.

7.3. A garantia poderá ser prestada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

14.133/2021:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública. O depósito em dinheiro deverá ser efetuado na conta bancária da Câmara Municipal:

- Banco: CAIXA FEDERAL
- Agência: 1153
- Conta Corrente: 18-8
- Favorecido: Câmara Municipal de Agudos/SP

b) Seguro-garantia: A apólice deve ter validade mínima igual ao prazo de validade da proposta. É obrigatória a apresentação do comprovante de pagamento do prêmio do seguro junto com a apólice, de forma a comprovar a efetiva vigência da cobertura. A data do pagamento do prêmio também deve ser anterior à abertura da sessão pública.

c) Fiança bancária: Emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

7.4. Da Execução da Garantia:

A garantia de proposta será executada e revertida integralmente em favor da Câmara Municipal de Agudos/SP se a licitante vencedora:

- a)** Recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido;
- b)** Não apresentar a documentação original ou complementar exigida para a habilitação, quando solicitada;
- c)** Retirar a proposta após a abertura do certame sem motivo justo decorrente de fato superveniente aceito pelo Pregoeiro;
- d)** Falhar em regularizar a documentação fiscal/trabalhista no prazo concedido (no caso de ME/EPP).

7.5. Da Devolução/Liberação:

A garantia será liberada ou restituída:

- a)** Às licitantes não vencedoras: No prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato com a vencedora ou após a revogação/anulação da licitação;
- b)** À licitante vencedora: Após a assinatura do contrato e a comprovação da prestação da Garantia de Execução Contratual (Item 10 deste TR).

7.6. A garantia prestada em dinheiro será devolvida atualizada monetariamente, conforme índices aplicáveis à conta de depósito oficial.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Modalidade e tipo de licitação

A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, na forma do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, considerando que os serviços se enquadram como serviços comuns, cujos padrões



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

Tipo de licitação: Menor Preço Global
Modo de disputa: Aberto

8.2. Critério de julgamento

Será vencedora a licitante que apresentar o menor preço global anual, observadas as condições de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência e as especificações constantes do Edital.

Preço global anual corresponde à soma dos valores mensais dos 02 (dois) postos de trabalho multiplicada por 12 (doze) meses.

8.3. Da Vistoria Técnica (Facultativa)

Fica facultada à licitante a realização de vistoria técnica prévia nas instalações da Câmara Municipal de Agudos/SP, a fim de tomar conhecimento integral das condições e do grau de dificuldade existentes para a execução dos serviços objeto desta licitação.

A vistoria deverá ser agendada previamente junto ao Departamento Administrativo da Câmara Municipal, pelo telefone (14) 3262-8600 ou e-mail compras@camaraagudos.sp.gov.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, sendo realizada em dias úteis, no horário de expediente.

Caso a licitante opte por realizar a vistoria, será fornecido Atestado de Vistoria Técnica, assinado por servidor designado pela Câmara Municipal, que poderá ser apresentado junto à documentação de habilitação.

A não realização da vistoria não constituirá motivo para que a licitante se exima das obrigações assumidas ou justifique eventuais alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Presume-se que a licitante, ao apresentar sua proposta, tem pleno conhecimento das condições de execução do objeto contratual, responsabilizando-se por eventuais omissões na formulação de sua proposta e pelos custos adicionais decorrentes de erros de sua avaliação.

9. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar os seguintes requisitos, em conformidade com os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021:

9.1. Habilitação jurídica (Art. 66 da Lei nº 14.133/2021)

A licitante deverá apresentar:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária (sociedades por ações): além do contrato social, documento de eleição de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência, no registro competente, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) Documento oficial de identidade: (RG, CNH, Carteira Profissional, etc) e CPF do(s) sócio(s) administrador(es) ou do representante legal que assina a proposta, a fim de comprovar a legitimidade de representação.

9.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista (Art. 68 da Lei nº 14.133/2021)

A licitante deverá apresentar prova de regularidade perante:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), mediante apresentação do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral emitido pelo site da Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br), demonstrando situação cadastral ATIVA;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) A Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

d) A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante. Para licitantes domiciliados no Estado de São Paulo, a comprovação dar-se-á mediante a apresentação cumulativa da Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo e da Certidão Negativa de Débitos (ou positiva com efeitos de negativa) Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo, ou outras que legalmente as substituam ou possuam efeitos equivalentes.

e) A Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa aos Tributos Mobiliários (ISS - Imposto Sobre Serviços), mediante Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

f) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;

g) A Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

9.2.1. As certidões deverão estar válidas na data de abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico. Caso não consignem prazo de validade, serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

9.2.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.2.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado à microempresa ou à empresa de pequeno porte o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.4.2. O termo inicial do prazo de que trata o subitem anterior corresponderá ao momento em que o licitante for convocado para regularizar a documentação.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

9.2.4.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.3. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69 da Lei nº 14.133/2021)

A licitante deverá apresentar:

a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Na falta de validade expressa no documento, será considerada válida por 90 (noventa) dias contados de sua emissão;

a.1) Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b.1) Da formalização e autenticidade: O Balanço Patrimonial deverá ser comprovado mediante a apresentação de:

I - Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente, contendo a assinatura do representante legal da empresa e do contabilista responsável com o número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
OU

II - Caso a empresa adote a Escrituração Contábil Digital (SPED), deverá apresentar o Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) do período correspondente, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento gerados pelo sistema, contendo as assinaturas digitais autênticas e válidas.

b.2) Da composição das demonstrações: O Balanço Patrimonial deverá estar obrigatoriamente acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e, quando exigível pela legislação tributária ou normas contábeis aplicáveis à natureza da licitante (NBC TG 26), das respectivas Notas Explicativas.

b.3) Empresas recém-constituídas: Caso a licitante tenha sido constituída no exercício social vigente, deverá apresentar Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente.

b.4) Empresas do Simples Nacional: As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não estão isentas da apresentação do Balanço Patrimonial para fins de



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

qualificação econômico-financeira em licitações, não sendo aceitos documentos fiscais simplificados (como DEFIS, PGDAS ou extratos de faturamento) em substituição aos demonstrativos contábeis exigidos neste Edital.

c) Comprovação de Capital Social integralizado ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado anual da contratação, admitida a atualização por índices oficiais;

d) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1,0 (um inteiro):

d.1) O cálculo dos índices deverá ser apresentado em documento anexo ao Balanço, devidamente assinado por profissional habilitado da área contábil (contador ou técnico em contabilidade), com indicação do nome completo e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

e) Comprovação de comprometimento compatível do Patrimônio Líquido, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total anual dos contratos vigentes (públicos e privados) na data de apresentação da proposta não ultrapassa o Patrimônio Líquido (PL) do licitante.

e.1) A comprovação dar-se-á mediante a apresentação cumulativa de:

I - Declaração firmada pelo representante legal do licitante, conforme modelo anexo ao Edital, atestando o cumprimento do requisito; e

II - Relação detalhada dos contratos vigentes considerados no cálculo (considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado), informando, para cada um: contratante, objeto, valor total anual e prazo de vigência.

e.2) caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada no balanço e a declaração de contratos vigentes apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

9.4. Qualificação Técnica (Art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

9.4.1. Atestado de Capacidade Técnica

A licitante deverá apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação.

Considera-se compatível o atestado (ou o somatório de atestados) que comprove:

a) Experiência Temporal Mínima (Art. 67, § 5º da Lei nº 14.133/21):

A execução de serviços continuados de natureza similar ao objeto licitado (higienização, limpeza predial ou serviços de asseio e conservação).



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

b) Quantitativos Mínimos (Parcela de Maior Relevância):

A execução de serviços compatíveis com o objeto, demonstrando a capacidade de gestão de profissionais, comprovando o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho objeto desta licitação:

Função: Agentes de Higienização/Limpeza

Quantitativo licitado: 2

Quantitativo a ser comprovado (50%): 1

9.5. Comprovação da Garantia de Proposta

9.5.1. A licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, o comprovante de prestação da Garantia de Proposta, conforme regras, modalidades e valores detalhados no Item 7 deste Termo de Referência.

9.5.2. Ressalta-se que a data e o horário da efetivação da garantia (depósito, emissão da apólice ou fiança) deverão ser anteriores ao horário de abertura da sessão pública, sob pena de inabilitação, conforme estabelecido no subitem 7.2.1.

9.6. Declarações obrigatórias

Ao cadastrar a proposta, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:

9.6.1. Declaração de ciência e concordância com o edital

Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

9.6.2. Declaração de cumprimento de reserva de cargos (PCD)

Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6.3. Declaração de integralidade dos custos da proposta

Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, incluindo o adicional de insalubridade em grau máximo (40%) e o adicional por desvio de função (20%).

9.6.4. Declaração de proteção ao trabalho do menor

Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

9.6.5. Declaração de vedação ao trabalho degradante ou forçado

Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

9.6.6. Declaração de acessibilidade e cota Legal (Lei nº 8.213/91)

Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.6.7. Declaração de inexistência de fato impeditivo

Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9.6.8 Declaração, se for o caso, de enquadramento como ME/EPP

Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

10. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. A Contratada deverá prestar garantia de execução do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total anual da contratação, conforme facultado pelo art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, a critério da Administração, desde que devidamente justificado.

10.3. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades (Art. 96, § 1º):

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

10.4. A garantia prestada terá a finalidade de assegurar o pleno cumprimento das obrigações contratuais, inclusive o pagamento de:

- a) Prejuízos causados à Câmara Municipal de Agudos/SP;
- b) Multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada;
- c) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais não honradas pela Contratada.

10.5. A validade da garantia deverá cobrir todo o período de vigência contratual e estender-se por mais 03 (três) meses após o término do contrato, ressalvada a hipótese de pendências trabalhistas ou judiciais, caso em que deverá ser mantida até a solução definitiva.

10.6. A cada prorrogação contratual (se houver), a Contratada deverá renovar a garantia ou



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

complementar seu valor, de modo a manter o percentual de 5% sobre o valor atualizado do contrato.

10.7. A não apresentação da garantia no prazo estipulado implicará a rescisão do contrato e a aplicação das sanções cabíveis.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Em razão da natureza dos serviços (dedicação exclusiva de mão de obra) e da necessidade de controle direto sobre a regularidade trabalhista e previdenciária dos profissionais alocados, é vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, nos termos do art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A Contratada deverá executar os serviços diretamente com seus empregados, devidamente registrados, sendo vedada a utilização de cooperativas de trabalho para a execução de serviços que demandem subordinação, habitualidade e pessoalidade.

11.3. A fusão, cisão ou incorporação da Contratada não será admitida se afetar a boa execução do contrato ou se a nova pessoa jurídica não comprovar os mesmos requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

12. ESTIMATIVA DE PREÇOS E REFERÊNCIAS

12.1. Com base na pesquisa de preços realizada e na planilha de custos, estima-se o seguinte valor total para a contratação: R\$19.763,33 (Dezenove Mil Setecentos e Sessenta e Três Reais e Trinta e Três Centavos), perfazendo o anual de R\$ 237.160,00 (Duzentos e Trinta e Sete Mil Cento e Sessenta Reais) anual.

12.2. Para a obtenção do valor de referência, foram utilizados os parâmetros do Art. 23, § 1º da Lei nº 14.133/2021, priorizando-se:

a) Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando os pisos salariais da categoria profissional (Convenção Coletiva de Trabalho vigente - EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE BAURU E REGIÃO – Registro MTE SP003391/2025 + Circular que concedeu reajuste de 7% ao piso salarial), adicional de insalubridade grau máximo (40%), adicional por desvio de função (20%), encargos sociais e trabalhistas, depreciação de equipamentos, custos indiretos, tributos e lucro (BDI);

b) Contratações similares de outros entes públicos;

c) Pesquisa com fornecedores do ramo, desde que as empresas apresentem capacidade técnica compatível com o porte da contratação.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Agudos/SP para o exercício de 2026, na seguinte classificação orçamentária:

Classificação Orçamentária	A preencher
Unidade Orçamentária	01.02.00
Funcional Programática	01.031.7005-2.258
Natureza da Despesa	3.3.90.34.00
Fonte de Recursos	01-TESOURO
Ficha	14

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será consignada nas respectivas Leis Orçamentárias, devendo a Contratante empenhar o valor necessário no início de cada exercício.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O cometimento de infrações administrativas pela Contratada ensejará a aplicação das sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, garantido o direito à defesa prévia e ao contraditório.

14.2. Tipos de Sanções:

- a)** Advertência: Para falhas leves que não acarretem prejuízo significativo ao objeto.
- b)** Multa: Moratória (por atraso) ou Compensatória (por inexecução), calculada sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, conforme percentuais definidos na Minuta do Contrato, podendo ser descontada da garantia ou dos pagamentos devidos;
- c)** Impedimento de Licitar e Contratar: Pelo prazo máximo de 3 (três) anos, aplicável a infrações graves, como inexecução total do contrato ou falhas que causem prejuízo à Administração;
- d)** Declaração de Inidoneidade: Pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, aplicável a atos ilícitos, apresentação de documento falso ou fraude à licitação, de competência exclusiva do Presidente da Câmara.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

14.3. A aplicação das sanções de natureza pecuniária (multa) não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e cobre perdas e danos excedentes.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A gestão e fiscalização do contrato seguirão o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas da Câmara Municipal de Agudos/SP.

15.2. Casos omissos serão resolvidos pela Administração com base na legislação vigente e nos princípios gerais de direito público.

16. ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO

16.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela unidade requisitante em consonância com o Estudo Técnico Preliminar (ETP), atendendo aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência, e segue as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Agudos/SP, 26 de março de 2026.

MARCOS ROBERTO DIAS
Diretor Geral
Responsável pela Elaboração
Câmara Municipal de Agudos/SP

DESPACHO DE APROVAÇÃO

- 1.** APROVO o presente Termo de Referência, nos termos do art. 6, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, por considerar que os elementos técnicos nele contidos são suficientes para caracterizar o objeto, assegurar a viabilidade da contratação e atender ao interesse público.
- 2.** AUTORIZO a abertura do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.
- 3.** Encaminhe-se ao Setor de Compras/Licitações para as providências subsequentes e elaboração do Edital.

Agudos, 31 de março de 2026

JOSTER APARECIDO DE MELO

Presidente da Câmara



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

APÊNDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;

Estudo Técnico Preliminar 002/2026

Modalidade	Pregão Eletrônico
Tipo	Menor Preço Global
Unidade Requisitante	Câmara Municipal de Agudos/SP
Elaborado por	MARCOS ROBERTO DIAS
Data de Elaboração	Agudos/SP, 26 de março de 2026
Aprovado por	Presidente da Câmara Municipal de Agudos/SP

1. IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Campo	Informação
Denominação	Estudo Técnico Preliminar – ETP
Objeto	Serviços continuados de higienização e limpeza com fornecimento de mão de obra e equipamentos
Unidade Contratante	Câmara Municipal de Agudos/SP
Endereço	Av. Joaquim Ferreira Souto, nº 242 – Centro – Agudos – SP
Fundamento Legal	Art. 18 da Lei nº 14.133/2021
Modalidade Pretendida	Pregão Eletrônico – Menor Preço Global
Classificação do Objeto	Serviço Comum (Art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021)
Regime de Execução	Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contextualização

A Câmara Municipal de Agudos/SP é o órgão do Poder Legislativo municipal, responsável pela elaboração e aprovação de leis, fiscalização do Executivo e representação dos munícipes. O pleno funcionamento de suas atividades institucionais pressupõe condições adequadas de higiene, limpeza e salubridade de suas instalações físicas.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Embora a Câmara Municipal possua, em seu quadro efetivo, servidores com atribuições específicas para a execução dos serviços de higienização e limpeza predial, o quantitativo atual é insuficiente para suprir integralmente a demanda da Casa, tornando-se imprescindível a contratação complementar. A ausência de execução continuada desses serviços comprometeria as condições sanitárias do ambiente de trabalho, impactando diretamente a saúde e o bem-estar dos servidores públicos, dos vereadores e dos cidadãos que frequentam o prédio do Legislativo Municipal.

2.2. Identificação do Problema

- Quantitativo atual de servidores qualificados é insuficiente para suprir integralmente a demanda da Casa, tornando-se imprescindível a contratação complementar.
- Necessidade de manutenção permanente e contínua das condições de higiene e salubridade das instalações físicas da Câmara Municipal;
- Obrigatoriedade de atendimento às normas sanitárias e de medicina do trabalho vigentes;
- Necessidade de garantir ambiente digno e saudável para servidores, parlamentares e cidadãos que frequentam a Casa Legislativa;
- Ausência de estrutura interna para fornecimento de equipamentos, EPIs de forma ininterrupta.

2.3. Fundamento legal para a Terceirização

A contratação de serviços de higienização e limpeza por terceiros encontra amparo legal no art. 48 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a contratar, de forma indireta, serviços de apoio administrativo e operacional (atividades instrumentais), quando não disponha de pessoal próprio para sua execução. Trata-se de atividade-meio, que não integra as funções precípua do órgão legislativo.

3. ÁREA REQUISITANTE

Campo	Informação
Unidade Requirante	Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Agudos/SP
Responsável pela Requirição	MARCOS ROBERTO DIAS
Cargo / Função	DIRETOR GERAL
Data da Requirição	Agudos/SP, 26 de março de 2026



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Justificativa da Urgência (se houver)

Não se aplica. Contratação planejada.

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. Objeto Principal

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de higienização e limpeza, com fornecimento integral de mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, observando regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Agudos/SP.

4.2. Detalhamento Quantitativo

Função	Quantidade de Postos	Jornada Semanal
Agente de Higienização	02 (dois)	40 horas semanais, diurno

4.3. Classificação do Objeto

Os serviços enquadram-se como serviços comuns, conforme o art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, justificando a adoção da modalidade Pregão Eletrônico.

4.4. Escopo dos Serviços

Os serviços abrangem, de forma não exaustiva:

- Higienização e limpeza de todas as dependências internas e externas do prédio da Câmara Municipal (banheiros, salas, gabinetes, áreas comuns, corredores e estacionamento);
- Atividades de copa: preparo e servimento de café, chá e outras bebidas; organização e lavagem de utensílios; manutenção da copa limpa e organizada; apoio em eventos e reuniões;
- Coleta, separação e destinação adequada de resíduos sólidos;
- Fornecimento integral de todos os equipamentos, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços;
- Gestão administrativa dos profissionais alocados, incluindo coberturas de ausências no prazo máximo de 02 (duas) horas.

4.5. Exclusões do Escopo

Não integram o objeto desta contratação: reformas, pinturas, manutenções prediais (elétrica, hidráulica, civil), dedetização e desratização. Tais demandas, caso surjam, deverão ser objeto de contratação específica.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

4.6. Contratações Correlatas e Interdependentes

Em atendimento ao art. 18, § 1º, XI da Lei nº 14.133/2021, declara-se que não há contratações interdependentes vinculadas ao presente objeto, uma vez que os serviços de higienização e limpeza são autossuficientes e não condicionam nem são condicionados por nenhuma outra contratação para sua regular execução.

Registra-se, a título informativo, a existência de contratações correlatas em curso na Câmara Municipal de Agudos/SP, os quais guardam relação de complementaridade com o presente objeto no que se refere à conservação geral do prédio, mas são autônomos entre si, não havendo dependência operacional, técnica ou financeira entre eles e o objeto desta contratação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE SOLUÇÕES

5.1. Soluções Consideradas

Para atender à necessidade identificada, a Administração considerou as seguintes alternativas:

Solução	Vantagens	Desvantagens / Impedimentos
Contratação direta por licitação (SOLUÇÃO ADOTADA)	Flexibilidade, controle, economicidade; empresa especializada com gestão própria de pessoal; responsabilidade trabalhista da contratada.	Nenhum impedimento identificado.
Execução direta por servidores públicos	Controle interno pleno.	Inviável: Quantitativo atual de servidores qualificados é insuficiente para suprir integralmente a demanda da Casa. Vedação constitucional ao desvio de função de servidores.
Cessão de servidores de outro ente público	Sem custo direto.	Inviável: inexistência de acordo ou convênio nesse sentido; incerteza de continuidade e disponibilidade.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

5.2. Solução Escolhida e Justificativa

A solução adotada é a contratação de empresa especializada mediante Pregão Eletrônico, modalidade que se mostra a mais adequada, econômica e juridicamente segura para o atendimento da necessidade identificada, pelos seguintes fundamentos:

- A Lei nº 14.133/2021 (art. 48) autoriza expressamente a contratação de serviços de apoio operacional de forma indireta;
- A modalidade Pregão Eletrônico é obrigatória para serviços comuns (art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021), garantindo ampla competitividade e economicidade;
- A empresa especializada possui expertise em gestão de pessoal, sendo responsável integral pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- O regime de dedicação exclusiva garante controle e supervisão da mão de obra pela Administração, sem configurar vínculo empregatício.
- O método de pesquisa de preços adotado para a presente contratação foi realizado por meio de consulta direta a três empresas atuantes no ramo pertinente ao objeto, garantindo a obtenção de valores compatíveis com o mercado. As cotações foram coletadas de fornecedores distintos, assegurando a observância dos princípios da economicidade e da eficiência, bem como a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme tabela abaixo:

RODRIGO GODOY LTDA CNPJ:21.706.616/0001-52				
	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
	Agente de Higienização – Posto de Trabalho	2	R\$ 9.575,00	R\$ 19.150,00

CONTROLAR BRASIL SERVIÇOS PORTARIA LTDA CNPJ: 25.068.049/0001-07				
	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
	Agente de Higienização – Posto de Trabalho	2	R\$ 9.850,00	R\$ 19.700,00



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

POCAIA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA CNPJ: 14.539.629/0001-19				
	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL
	Agente de Higienização – Posto de Trabalho	2	R\$ 10.220,00	R\$ 20.440,00

- Destaca-se que o procedimento está em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as informações obtidas por meio de pesquisa direta com fornecedores, entre outros parâmetros admitidos.

5.3. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

Em atendimento ao art. 18, § 1º, IX da Lei nº 14.133/2021, demonstram-se os resultados pretendidos com a presente contratação em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros disponíveis:

- a) Economicidade:** a adoção do Pregão Eletrônico com critério de menor preço global assegura ampla competitividade entre fornecedores especializados, viabilizando a proposta mais vantajosa para a Administração. A transferência integral dos custos de gestão de pessoal, encargos trabalhistas, e equipamentos à Contratada elimina despesas indiretas de estrutura para a Câmara Municipal, gerando economia de escala e previsibilidade orçamentária.
- b) Melhor aproveitamento dos recursos humanos:** a terceirização permite que os servidores efetivos da Câmara Municipal se dediquem exclusivamente às suas funções institucionais precípuas, vedando o desvio de função para atividades-meio, em conformidade com os princípios constitucionais da legalidade e eficiência administrativa.
- c) Qualidade e funcionalidade:** a contratação de empresa especializada, com exigência de qualificação técnica, fornecimento de EPIs, treinamentos periódicos e gestão profissional de pessoal, garante padrão de qualidade superior ao que seria obtido por execução direta, assegurando condições sanitárias e de salubridade adequadas ao funcionamento do prédio legislativo.
- d) Continuidade dos serviços:** o regime de dedicação exclusiva e a obrigação contratual de reposição imediata de ausências em até 02 (duas) horas garantem a ininterruptibilidade dos serviços essenciais à Câmara Municipal, preservando o interesse público e o regular funcionamento da Casa Legislativa.

5.4. Providências a Serem Adotadas pela Administração



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Em atendimento ao art. 18, § 1º, X da Lei nº 14.133/2021, listam-se as providências a serem adotadas pela Câmara Municipal de Agudos/SP previamente à celebração do contrato:

Nº	Providência	Responsável
1	Aprovação do presente ETP pelo Presidente da Câmara Municipal	Presidente da Câmara
2	Realização de pesquisa de preços e elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços	Departamento Administrativo
3	Verificação e reserva da dotação orçamentária para o exercício de 2026	Departamento Financeiro / Contabilidade
4	Elaboração da minuta do Edital e da minuta do Contrato	Assessoria Jurídica / Setor de Licitações
5	Análise jurídica e aprovação da minuta do Edital	Assessoria Jurídica
6	Publicação do Edital no Diário Oficial e no PNCP	Setor de Licitações
7	Designação formal do Pregoeiro e da Equipe de Apoio	Presidente da Câmara
8	Designação formal do Gestor e do Fiscal do Contrato, com capacitação para fiscalização e gestão contratual	Presidente da Câmara / Departamento Administrativo

6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E PRAZO

6.1. Quantidades Estimadas

Descrição	Unidade	Quantidade	Observação
Agente de Higienização – Posto de Trabalho	Posto/mês	2	Jornada de 40h semanais, 2ª a 6ª feira



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

6.2. Prazo de Vigência

O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente por iguais ou inferiores períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que vantajoso para a Administração, nos termos dos arts. 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021.

7. LEVANTAMENTO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE VALOR

7.1. Metodologia de Pesquisa

A estimativa de preços foi realizada em conformidade com o art. 23, § 1º da Lei nº 14.133/2021, por meio dos seguintes instrumentos:

- Planilha de Custos e Formação de Preços, com base na Convenção Coletiva de Trabalho vigente das Empresas de Asseio e Conservação de Bauru e Região (Registro MTE SP003391/2025);
- Pesquisa de preços em contratações similares de outros entes públicos;
- Pesquisa direta com fornecedores do ramo com capacidade técnica compatível.

7.2. Composição do Valor Estimado

O valor mensal por posto considera os seguintes componentes obrigatórios:

Componente de Custo	Base de Cálculo
Salário base da categoria	Conforme CCT – Asseio e Conservação Bauru e Região
Adicional de insalubridade – grau máximo	40% sobre o salário mínimo nacional (Súmula 448, II, TST)
Adicional por desvio de função (copa)	20% sobre o salário base
Encargos sociais e trabalhistas	INSS, FGTS, férias + 1/3, 13º salário, etc.
Benefícios	Vale-transporte, vale-refeição/alimentação (conforme CCT)
Uniformes e EPIs	Fornecimento e reposição pela contratada
Equipamentos e ferramentas	Fornecimento, manutenção e depreciação
Despesas administrativas, seguros e tributos	Proporcional ao contrato
BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) e lucro	Conforme proposta da licitante



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. Visão Geral da Solução

A solução compreende a contratação de empresa especializada em serviços de higienização, limpeza e conservação predial, com fornecimento de mão de obra qualificada em regime de dedicação exclusiva, incluindo equipamentos e a gestão administrativa dos profissionais alocados.

8.2. Ciclo de Vida da Contratação

O ciclo de vida compreende quatro fases:

- Fase 1 – Mobilização e instalação: recrutamento de profissionais, fornecimento de uniformes, EPIs e equipamentos, alinhamento com a Fiscalização da Câmara Municipal;
- Fase 2 – Execução e monitoramento: prestação diária dos serviços de higienização e copa, cobertura de ausências e supervisão permanente;
- Fase 3 – Gestão administrativa e sustentabilidade: comprovação mensal do pagamento de obrigações trabalhistas, racionalização de recursos e destinação ambientalmente correta de resíduos;
- Fase 4 – Desmobilização e encerramento: transição operacional, retirada de materiais, quitação integral de verbas rescisórias e liberação da garantia após 90 dias do término.

8.3. Aspectos de Sustentabilidade

A execução dos serviços deverá observar os princípios de desenvolvimento sustentável, a racionalização do consumo de água e energia elétrica e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, em conformidade com os arts. 11 e 68 da Lei nº 14.133/2021.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Requisitos Técnicos e de Qualificação

- Profissionais com registro em CTPS, devidamente uniformizados e com EPIs fornecidos pela contratada;
- Comprovação de experiência prévia em serviços similares;
- Atestado de Capacidade Técnica comprovando a gestão de no mínimo 01 (um) Agente de Higienização (50% do quantitativo licitado);
- Manutenção de preposto junto à Câmara Municipal durante os turnos de trabalho.

9.2. Requisitos de Segurança do Trabalho

- Fornecimento e fiscalização do uso de EPIs (luvas, botas, uniformes, máscara, óculos de proteção), conforme NR-06;



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

- Fornecimento de EPCs (cones, fitas, placas 'piso molhado'), conforme legislação de segurança do trabalho;
- Realização de treinamento inicial e treinamento periódico anual.

9.3. Requisitos Trabalhistas Específicos

- Adicional de insalubridade em grau máximo: 40% sobre o salário mínimo nacional, com anotação na CTPS, conforme Súmula 448, II, do TST, em razão da limpeza de banheiros de uso coletivo de grande circulação (frequentados por 25 ou mais pessoas) com coleta de lixo;
- Adicional por desvio de função: 20% sobre o salário base, em razão das atividades de copa exercidas pelos Agentes de Higienização;
- Piso salarial mínimo conforme Convenção Coletiva de Trabalho vigente – Asseio e Conservação de Bauru e Região (Registro MTE SP003391/2025).

9.4. Vedações

- É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, nos termos do art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/2021;
- É vedada a utilização de cooperativas de trabalho para a execução de serviços que demandem subordinação, habitualidade e pessoalidade;
- É vedado o desvio de funções além do expressamente previsto neste ETP e no Termo de Referência.

10. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Gestão e Fiscalização

A fiscalização dos serviços será realizada por servidor(es) designado(s) pelo Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Agudos/SP, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com as seguintes atribuições principais:

- Fiscalização diária dos postos de trabalho;
- Exame das CTPs para verificação dos adicionais de insalubridade e desvio de função;
- Atestação mensal da execução dos serviços, condicionada à comprovação do pagamento de obrigações trabalhistas;
- Registro de ocorrências em livro próprio;
- Solicitação de afastamento imediato de funcionários com conduta inadequada.

10.2. Instrumentos de Controle

- Relatório Mensal de Execução (apresentado pela Contratada até o 1º dia útil após o final do mês);
- Livro de Ocorrências mantido no local de prestação dos serviços;
- Check-lists diários de limpeza e higienização;



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

- Controle de presença (folha de ponto) disponível à Fiscalização a qualquer momento.

10.3. Recebimento dos Serviços

- Recebimento Provisório: mensalmente, pelo Fiscal do Contrato, em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento do relatório mensal, condicionado à apresentação de documentação trabalhista e fiscal;
- Recebimento Definitivo: pelo Gestor do Contrato ou autoridade superior, após análise do Fiscal e confirmação da regularidade.

11. ANÁLISE DE RISCOS

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medida de Mitigação
Inadimplência trabalhista da contratada	Médio	Alto	Exigência mensal de comprovantes; conta vinculada; garantia contratual de 5%
Ausência de funcionários sem reposição	Médio	Médio	Obrigaçao de reposição em 2h; desconto proporcional da fatura; sanções
Preços inexequíveis em propostas	Baixo	Alto	Exigência de planilha de custos detalhada; critério de aceitabilidade de preços
Descontinuidade dos serviços por rescisão antecipada	Baixo	Alto	Cláusula de transição; garantia contratual; prazos de desmobilização
Passivo trabalhista residual para a Câmara	Baixo	Alto	Garantia de 5%; liberação após 90 dias do término; comprovação de quitação

12. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Modalidade	Pregão Eletrônico (art. 17 da Lei nº 14.133/2021)
Tipo de Licitação	Menor Preço Global
Modo de Disputa	Aberto
Critério de Julgamento	Menor preço global anual (valor mensal dos 2 postos x 12 meses)
Garantia de Proposta	1% do valor total estimado Art. 58 da Lei 14.133/2021.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Garantia de Execução	5% do valor total anual da contratação
Subcontratação	Vedada (art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/2021)
Vistoria Técnica	Facultativa (agendamento prévio com 48h de antecedência)

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Agudos/SP para o exercício de 2026, nas seguintes classificações orçamentárias:

Classificação Orçamentária	A preencher
Unidade Orçamentária	01.02.00
Funcional Programática	01.031.7005-2.258
Natureza da Despesa	3.3.90.34.00
Fonte de Recursos	01-TESOURO
Ficha	14

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será consignada nas respectivas Leis Orçamentárias.

14. CONCLUSÃO E DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nas informações levantadas e nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento da Câmara Municipal de Agudos/SP declara que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de higienização e limpeza, com fornecimento integral de mão de obra e equipamentos, é:
VIÁVEL E NECESSÁRIA



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Os requisitos legais e técnicos estão atendidos, a solução é econômica, as condições de habilitação são compatíveis com o mercado e a modalidade Pregão Eletrônico é a mais adequada ao objeto.

Agudos/SP, 30 de março de 2026.

MARCOS ROBERTO DIAS

Responsável pela Elaboração do ETP
Câmara Municipal de Agudos/SP

JOSTER APARECIDO DE MELO

Aprovação – Presidente da Câmara Municipal de Agudos/SP
Câmara Municipal de Agudos/SP





Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e dos documentos de habilitação especificados neste Anexo.

1.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

1.3. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

1.4. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

1.5. Documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, deverão, mediante solicitação do Pregoeiro, ser enviados juntamente à proposta adequada ao último lance.

1.6. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema de Compras do Governo Federal poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

1.7. A **habilitação jurídica** do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos abaixo discriminados:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária (sociedades por ações): além do contrato social, documento de eleição de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência, no registro competente, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) Documento oficial de identidade: (RG, CNH, Carteira Profissional, etc) e CPF do(s) sócio(s) administrador(es) ou do representante legal que assina a proposta, a fim de comprovar a legitimidade de representação.

1.7.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.7.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista (Art. 68 da Lei nº 14.133/2021)

A licitante deverá apresentar prova de regularidade perante:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), mediante apresentação do Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral emitido pelo site da Receita Federal do Brasil (www.receita.fazenda.gov.br), demonstrando situação cadastral ATIVA;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) A Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

d) A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante. Para licitantes domiciliados no Estado de São Paulo, a comprovação dar-se-á mediante a apresentação cumulativa da Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo e da Certidão Negativa de Débitos (ou positiva com efeitos de negativa) Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo, ou outras que legalmente as substituam ou possuam efeitos equivalentes.

e) A Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa aos Tributos



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

Mobiliários (ISS - Imposto Sobre Serviços), mediante Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

f) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal;

g) A Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943).

1.7.2.1. As certidões deverão estar válidas na data de abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico. Caso não consignem prazo de validade, serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

1.7.2.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.7.2.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.7.2.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

1.7.2.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado à microempresa ou à empresa de pequeno porte o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.2.4.2. O termo inicial do prazo de que trata o subitem anterior corresponderá ao momento em que o licitante for convocado para regularizar a documentação.

1.7.2.4.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

1.7.3. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69 da Lei nº 14.133/2021)

A licitante deverá apresentar:



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Na falta de validade expressa no documento, será considerada válida por 90 (noventa) dias contados de sua emissão;

a.1) Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b.1) Da formalização e autenticidade: O Balanço Patrimonial deverá ser comprovado mediante a apresentação de:

I - Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial ou órgão competente, contendo a assinatura do representante legal da empresa e do contabilista responsável com o número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC); OU

II - Caso a empresa adote a Escrituração Contábil Digital (SPED), deverá apresentar o Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) do período correspondente, acompanhado dos Termos de Abertura e Encerramento gerados pelo sistema, contendo as assinaturas digitais autênticas e válidas.

b.2) Da composição das demonstrações: O Balanço Patrimonial deverá estar obrigatoriamente acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e, quando exigível pela legislação tributária ou normas contábeis aplicáveis à natureza da licitante (NBC TG 26), das respectivas Notas Explicativas.

b.3) Empresas recém-constituídas: Caso a licitante tenha sido constituída no exercício social vigente, deverá apresentar Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente.

b.4) Empresas do Simples Nacional: As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não estão isentas da apresentação do Balanço Patrimonial para fins de qualificação econômico-financeira em licitações, não sendo aceitos documentos fiscais simplificados (como DEFIS, PGDAS ou extratos de faturamento) em substituição aos demonstrativos contábeis exigidos neste Edital.

c) Comprovação de Capital Social integralizado ou Patrimônio Líquido mínimo



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado anual da contratação, admitida a atualização por índices oficiais;

d) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1,0 (um inteiro):

d.1) O cálculo dos índices deverá ser apresentado em documento anexo ao Balanço, devidamente assinado por profissional habilitado da área contábil (contador ou técnico em contabilidade), com indicação do nome completo e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);

e) Comprovação de comprometimento compatível do Patrimônio Líquido, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total anual dos contratos vigentes (públicos e privados) na data de apresentação da proposta não ultrapassa o Patrimônio Líquido (PL) do licitante.

e.1) A comprovação dar-se-á mediante a apresentação cumulativa de:

I - Declaração firmada pelo representante legal do licitante, conforme modelo anexo ao Edital, atestando o cumprimento do requisito; e

II - Relação detalhada dos contratos vigentes considerados no cálculo (considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado), informando, para cada um: contratante, objeto, valor total anual e prazo de vigência.

e.2) caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada no balanço e a declaração de contratos vigentes apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar as devidas justificativas.

1.7.4. Qualificação Técnica (Art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

1.7.4.1. Atestado de Capacidade Técnica

A licitante deverá apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação.

Considera-se compatível o atestado (ou o somatório de atestados) que comprove:

a) Experiência Temporal Mínima (Art. 67, § 5º da Lei nº 14.133/21):

A execução de serviços continuados de natureza similar ao objeto licitado (higienização, limpeza predial ou serviços de asseio e conservação).



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

b) Quantitativos Mínimos (Parcela de Maior Relevância):

A execução de serviços compatíveis com o objeto, demonstrando a capacidade de gestão de profissionais, comprovando o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho objeto desta licitação:

Função: Agentes de Higienização/Limpeza

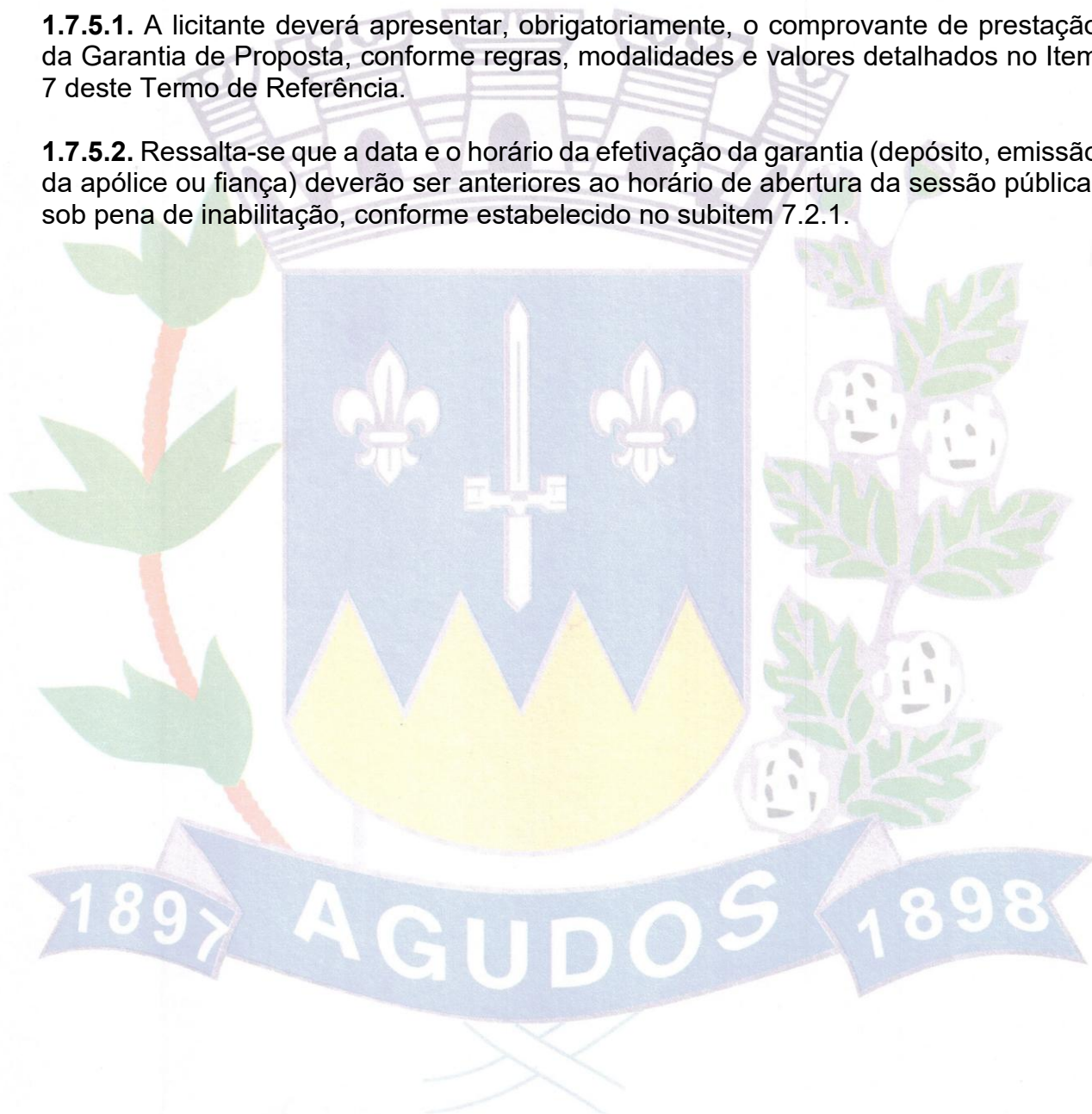
Quantitativo licitado: 2

Quantitativo a ser comprovado (50%): 1

1.7.5. Comprovação da Garantia de Proposta

1.7.5.1. A licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, o comprovante de prestação da Garantia de Proposta, conforme regras, modalidades e valores detalhados no Item 7 deste Termo de Referência.

1.7.5.2. Ressalta-se que a data e o horário da efetivação da garantia (depósito, emissão da apólice ou fiança) deverão ser anteriores ao horário de abertura da sessão pública, sob pena de inabilitação, conforme estabelecido no subitem 7.2.1.





Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

ANEXO III – Modelo de Proposta PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO Nº 034/2026

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de higienização e limpeza, com fornecimento integral de mão de obra, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, observando regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Agudos/SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 002/2026 e seus anexos.

Item	Descrição	Quantidade de Postos	Jornada Semanal	Valor Mensal	Valor Total por 12 meses
1	Agente de Higienização	02 (dois)	40 horas semanais, diurno	R\$	

A presente proposta **perfaz o valor anual R\$ (_____)**, conforme planilha acima.

Nos preços propostos, estão inclusos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e em observância com todas as normas do edital e seus anexos.

Local e data

Assinatura

O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) dias. **(Não poderá ser inferior a 60 dias).**

A proposta deverá conter os seguintes dados da empresa:

Razão Social:
CNPJ:



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Endereço:
Bairro:
Cidade:
UF: CEP:
Fone Comercial: ()
Celular: ()
Endereço Eletrônico:
Responsável para contato:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome:
RG:
Órgão Expedidor:
CPF:
Naturalidade:
Nacionalidade:
Cargo/Função:
Endereço Comercial:
Bairro:
Cidade:
UF: CEP:
Fone Comercial: ()
Celular: ()
Endereço Eletrônico:

Local, data, nome, e assinatura do responsável legal





Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS/SP

SETOR DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS, POR
INTERMÉDIO DO (A) E
.....

A Câmara Municipal de Agudos, com sede na Av. Joaquim Ferreira Souto nº 242, Centro, na cidade de Agudos/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 57.272.783/0001-80, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Joster Aparecido de Melo, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de higienização e limpeza, com fornecimento integral de mão de obra, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços, observando regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Agudos/SP.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Quantidade de Postos	Jornada Semanal	Valor Mensal	Valor Total por 12 meses
1	Agente de Higienização	02 (dois)	40 horas semanais, diurno	R\$	



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO

7.1. O valor do presente contrato poderá ser recomposto quando ocorrer variação do piso



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

salarial dos empregados da CONTRATADA, decorrente de ato do governo, dissídio coletivo, acordo ou convenção coletiva de trabalho, e na hipótese de alteração da legislação trabalhista, na exata medida da repercussão sobre os itens da planilha de custos afetados direta ou indiretamente pela ocorrência do fato ou ato novo. A solicitação deverá ser imediata e acompanhada de cálculos e documentação comprobatória, inclusive de aumento salarial concedido à categoria profissional, não incidindo correção monetária na demora da solicitação.

7.2. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato;

7.3. Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato;

7.4. Apenas a planilha de formação de custos utilizada na apresentação da proposta vencedora do certame licitatório servirá como documento idôneo para avaliação do valor referente à futura repactuação;

7.5. Os efeitos econômicos da repactuação serão deferidos a partir da data de seu requerimento, salvo se a CONTRATADA comprovar, documentalmente, o pagamento das alterações desde a data da vigência do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva até a data do requerimento;

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho. g) O item aviso prévio trabalhado será zerado na primeira prorrogação do contrato, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano de contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. O preço dos insumos poderá ser reajustado a cada 12 (doze) meses, contados do início da vigência contratual, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, devendo ser solicitado por escrito pela CONTRATADA, acompanhado de cálculos e documentação comprobatória e somente será devido a partir do recebimento do pedido pelo CONTRATANTE, no horário regimental, não sendo aplicado retroativamente;

8.2. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito. c) O preço unitário reajustado considerará somente as 2 (duas) primeiras casas decimais, resultantes da aplicação do índice de reajuste sobre o preço atual.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. São obrigações do CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

9.1.8.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

9.1.8.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

9.1.8.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

9.1.8.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.1.8.5. Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

9.1.8.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de 5 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 5 dias úteis;

9.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



Câmara Municipal de Agudos

Poder Legislativo

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

10.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

10.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

10.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

10.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

10.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

de 2008;

10.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

10.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

10.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

10.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

10.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

de evitar desvio de função;

10.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

10.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

10.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

10.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

10.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

10.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

10.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitosas e humanizadas no ambiente laboral;



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

- 10.44.** Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 10.45.** Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciante contra retaliações;
- 10.46.** Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 10.47.** Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 10.48.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 10.49.** Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 10.50.** Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 10.51.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 10.52.** Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 10.53.** Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 10.54.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

10.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

10.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

10.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10.56. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#). 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento);

2. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Agudos deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01 – Poder Legislativo

01.01 – Câmara Municipal

01.01.02 – Secretaria da Câmara

Ficha XXXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Agudos-SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Agudos, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-





Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

CPF:

Assinatura:

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*





Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

ANEXO V – Declaração Unificada

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº _____, através de seu representante abaixo assinado, para fins de participação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 034/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2026, DECLARA:

1. Declara que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
2. Declara que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constante do edital e seus anexos;
3. Declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
4. Declara que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes a este pregão.
5. Declara, sob as penas da Lei, que a empresa não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar. **(SE FOR O CASO)**
6. Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
7. Declara que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
8. Declara que concorda com a realização de eventuais descontos de impostos nos termos da legislação vigente.
9. Declara que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas necessárias ao cumprimento total do objeto da presente licitação, sem qualquer ônus para Administração Municipal, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.
10. Declara que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

11. Declara, para fins do disposto neste Edital de Pregão Eletrônico, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a)** a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente por nós e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b)** a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar deste Pregão Eletrônico, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c)** que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d)** que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e)** que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Câmara Municipal de Agudos antes da abertura oficial das propostas; e
- f)** que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome do representante e assinatura

Nome da empresa



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO COMPATÍVEL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

[NOME DA LICITANTE], inscrita no CNPJ sob nº xxxxxx, com sede à xxxxxx, neste ato representada por seu(sua) representante legal xxxx, portador(a) do RG nº xxxxxx e CPF nº xxxxxx, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 002/2026 Processo nº 034/2026**, vem, sob as penas da lei, **DECLARAR** que:

- O **Patrimônio Líquido (PL)** da empresa, apurado com base no Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, perfaz o montante de **R\$**.
- O valor correspondente a **1/12 (um doze avos) do valor total anual dos contratos vigentes, públicos e privados, considerados na data de apresentação da proposta**, calculado com base no **valor remanescente dos contratos, excluindo-se a parcela já executada**, perfaz o montante de **R\$**.
- O valor acima **não ultrapassa o Patrimônio Líquido da licitante**, estando, portanto, **atendido o requisito de qualificação econômico-financeira** previsto no item **9.3, alínea "e"**, do edital.
- A relação detalhada dos contratos vigentes utilizados para o cálculo acompanha esta declaração, com a indicação de **contratante, objeto, valor total anual e prazo de vigência**, nos termos exigidos pelo edital.

Declaro ainda, que os contratos vigentes abaixo relacionados foram considerados para o cálculo de **1/12 do valor total anual dos contratos vigentes**, observando-se o **valor remanescente do contrato, com exclusão da parcela já executada**, conforme exigência editalícia.

Nº	Contratante	Objeto	Prazo de Vigência	Valor anual/remanescente considerado (R\$)
1	[Nome do contratante]	[Objeto do contrato]	[data inicial a data final]	
2	[Nome do contratante]	[Objeto do contrato]	[data inicial a data final]	
3	[Nome do contratante]	[Objeto do contrato]	[data inicial a data final]	
4	[Nome do contratante]	[Objeto do contrato]	[data inicial a data final]	

Valor total dos contratos vigentes considerados: R\$

1/12 do valor total apurado: R\$

Patrimônio Líquido da empresa: R\$



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Declaro, sob as penas da lei, que os dados acima correspondem aos contratos vigentes da empresa na data da apresentação da proposta.

Por fim, declara serem **verdadeiras e exatas** todas as informações aqui prestadas, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade de seu conteúdo.

Local e data

[ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL]





Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

ANEXO VII – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Nº DE COLABORADORES (1)	PREÇO UNITÁRIO (R\$) (2)	QUANTIDADE (MESES)	TOTAL (R\$) (4) = (1)x(2)x(3)
1	Agente de Higienização	UNIDADE	2,00	-	12,00	-
TOTAL ANUAL						-

CUSTO DO AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO	
MÊS DE REFERÊNCIA:	
Discriminação dos Custos	Caracterização: 2 Agentes de Higienização
	Carga Horária: 40 horas Semanais
	Turno: Diurno
	Natureza: Com Insalubridade 20%
	Valores expressos em Reais (R\$): -

Composição da Remuneração	-
Salário-base	-
Adicional de insalubridade	-
Outros (especificar)	-
Benefícios Mensais e Diários	-
Vale-transporte	-
Custo mensal	-
Parcela do trabalhador	-
Vale-refeição	-
Custo mensal	-
Parcela do trabalhador	-
Cesta básica / Vale Alimentação	-
Valor da cesta básica / vale alimentação	-
Parcela do trabalhador	-
Assistência Médica Odontológica e Familiar	-
Valor da assistência médica, odontológica e familiar	-
Parcela do trabalhador	-
Programa de Participação nos Resultados (PPR)	-
Valor PLR (proporcional mensal)	-
Parcela do trabalhador (proporcional mensal)	-
Auxílio creche	-
Seguro de vida, invalidez e funeral	-
Valor do seguro de vida, invalidez e funeral	-
Parcela do trabalhador	-
Outros (especificar)	-
Insumos Diversos	-
Uniforme (camiseta, calça, bota, etc)	-
Equipamentos e utensílios	-
Outros (especificar)	-
Encargos Sociais e Trabalhistas	-
Encargos previdenciários e FGTS	-
13º Salário + Adicional de férias	-



Câmara Municipal de Agudos Poder Legislativo

Afastamento maternidade	-
Custo de reposição do profissional ausente	-
Custo de rescisão	-
Outros (especificar)	-
Lucro e Tributos	-
Lucro	
Tributos	-
ISS	-
PIS	-
COFINS	-
IBS	-
CBS	-
Outros (especificar)	
Total Colaborador/mês	-
TOTAL 2 COLABORADORES/MÊS	-

Local e data

Nome do responsável e assinatura

Observação: A planilha deverá ser devidamente assinada por um contador ou técnico em contabilidade com o devido CRC.